

OBJETIVIDADE JORNALÍSTICA X SUBJETIVIDADES E IDEOLOGIAS DO PROFISSIONAL – DIZERES DE JORNALISTAS SOBRE A PROFISSÃO

Ariane Carla Pereira FERNANDES (UEM)

Imparcialidade. Isenção. Neutralidade. Objetividade. Precisão. Palavras que se repetem nos livros sobre noções e técnicas de reportagem e nos manuais de redação. Conceitos, aprendem os jornalistas em sua formação, que devem sintetizar a trajetória de apuração¹ e escrita das reportagens. Três citações mostram como esse discurso é divulgado acadêmica e profissionalmente:

Esse laço obrigatório com a **informação objetiva** vem dizer que, qualquer que seja o tipo de reportagem (interpretativa, especial, etc.), impõe-se ao redator o 'estilo direto puro', isto é, a narração sem comentários, sem subjetivações. (SODRÉ; FERRARI, 1986, p.11) (grifo meu)

O *Estado* considera sua obrigação publicar apenas **notícias corretas e precisas**; por isso, espera de seus repórteres o máximo de esforço, empenho e **exatidão** na apuração dos fatos, na divulgação de declarações e na descrição dos acontecimentos. (MARTINS, 1997, p.231)

O jornalista deve assumir compromisso apenas com a **isenção** na cobertura dos fatos. (...) Ele tem responsabilidade moral pelas informações que coleta e transmite, as quais devem ser sempre **exatas** e comprovadas. (NOVO MANUAL DE REDAÇÃO, 1994, p.17)

Imparcialidade. Isenção. Neutralidade. Objetividade. Precisão. Princípios impossíveis de serem alcançados. Afinal, como a Análise do Discurso de linha francesa (a partir daqui AD) postula, todo indivíduo é interpelado pela ideologia – e disso não podem escapar os jornalistas – e é pela língua que esses sujeitos mostram quem são, invariavelmente. Todo e qualquer discurso, como afirma Pêcheux, traz a ideologia de quem o enuncia, portanto não há neutralidade:

O sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*. (1997, p.91) (grifos do autor)

Sendo marcados ideologicamente, os discursos – e aí estão incluídos os dos jornalistas – não podem ser isentos, nem objetivos, nem imparciais. O profissional de imprensa, como afirma Clóvis Rossi, não tem como – durante o expediente de trabalho – livrar-se de suas crenças, convicções e ideologias:

Entre o *fato* e a *versão* que dele publica qualquer veículo de comunicação de massa há a mediação de um jornalista (não raro, de vários jornalistas), que carrega consigo toda uma formação cultural,

todo um *background* pessoal, eventualmente opiniões muito firmes a respeito do próprio fato que está testemunhando, o que o leva a ver o fato de maneira distinta da de outro companheiro com formação, *background* e opiniões diversas. (ROSSI, 1991: p.10) (grifos do autor)

Enfim, o trabalho do jornalista é narrar os fatos. E quando o faz, já não pode fazer com exatidão. Afinal, como afirma Deleuze, um acontecimento não é, necessariamente, como o vemos. E o que vemos não é, exatamente, como contamos. "Há uma disjunção entre falar e ver, entre o visível e o enunciável. O que vemos não se subsume jamais naquilo que dizemos" (DELEUZE, 1988, p.48).

Além disso, ao redigir um texto, o jornalista é levado a fazer várias escolhas. Ou seja, opta por uma ordem de exposição dos fatos e não por outra; prefere a utilização de uma palavra em recusa de outra. Escolhas, como todas as outras, subjetivas.

O texto informativo, como qualquer enunciado, é um processo específico de individualização da linguagem enquanto código de significação. Quando um jornalista redige uma matéria, materializa um processo ininterrupto de escolhas e de eliminações que acabam constituindo uma mensagem entre uma infinidade de possibilidades preteridas. Além das escolhas estritamente formais de sintaxe e léxico, opera-se uma seleção temática. (BARROS, 1995: p.65)

Alguns veículos, ao contrário do que pregam, reconhecem que a objetividade é apenas um mito. O Novo Manual de Redação da Folha de S. Paulo afirma taxativamente que "não existe objetividade em jornalismo", e continua: "Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções" (1994: p.19). Porém, a conclusão para o verbete objetividade diz que "isso não o exime (ao jornalista), porém, de ser o mais objetivo possível. Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza".

Ou seja, ao mesmo tempo em que se reconhece como inalcançável a imparcialidade, a isenção, a neutralidade e a objetividade, esses princípios continuam sendo disseminados. Paradoxo, acredito, que marca, portanto, a formação acadêmica e, conseqüentemente, as crenças profissionais dos jornalistas. Afinal, "o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. [...] O que é dito em outro lugar também significa nas 'nossas' palavras" (ORLANDI, 2003: p.32).

Partindo desse pressuposto, vou procurar evidenciar essa contradição nos discursos dos próprios jornalistas. Para cumprir tal objetivo apliquei um questionário escrito com cinco perguntas abertas sobre o texto jornalístico (conferir Anexo). Responderam aos questionamentos vinte jornalistas – produtores, repórteres, editores ou chefes de redação –, todos eles profissionais da RPC (Rede Paranaense de Comunicação). E são as respostas dadas por esses profissionais as questões propostas que vou analisar – uma a uma –, a partir daqui, sob a ótica da AD.

1. Características do Bom Texto Jornalístico

Nenhum discurso é único, ele está sempre ligado a já-ditos ou a dizeres que ainda serão proferidos. "Não há discurso que não se relacione com outros. [...] Os

sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros" (ORLANDI, 2003, p.39). Ou seja, tudo o que é dito por outros sujeitos e em outros lugares significa, também, em nossas palavras.

As respostas dos jornalistas à pergunta 1, referente às qualidades de um bom texto jornalístico, são exemplos de como esse princípio da AD – chamado relação de sentidos - se manifesta nos discursos desses profissionais. Dezenove (do total de vinte) mencionaram, pelo menos, um dos cinco princípios/conceitos abordados no início desse artigo. Dizeres que apontam para outros discursos "cristalizados" – os dos livros de técnicas de reportagem e dos manuais de redação – que defendem e pregam a isenção, a imparcialidade, a neutralidade, a objetividade e a precisão. Alguns exemplos:

J4 – Acho que um bom texto jornalístico começa pela leitura. Jornalista, antes de tudo, precisa ser um bom leitor de revistas, jornais e livros. Precisa ter conteúdo, conhecimento, estar sempre atualizado. A partir disso, ele consegue ter um bom texto jornalístico. Depois, é preciso saber estruturar o que você vai escrever. E dentro dessa estrutura, você precisa ter exatidão e clareza nas informações, **imparcialidade, objetividade**.

J1 – **Precisão, objetividade**, clareza, relevância e muito suor.

J5 – **Objetividade, precisão**, clareza, ritmo e uma dinâmica capaz de atrair quem o lê.

J6 – **Precisão** nas informações, **objetividade** no estilo.

J7 – Entendo que o bom texto jornalístico deve ser claro, **objetivo e preciso**.

J14 – Coloquial, claro, **preciso, objetivo**, direto, informativo, simples.

J2 – Clareza e **objetividade**. Não dá para simplesmente jogar inúmeras informações sem uma ordem, um contexto bem definido. (grifos meus)

Esses princípios/conceitos não foram citados expressamente por um jornalista somente. Porém, a seleção lexical não altera o conteúdo ideológico desse discurso que é, também, uma repetição do mito da objetividade.

J12 – Em primeiro lugar, a **clareza**. Depois a **concisão**. [...] O jornalista precisa ser o mais claro possível com o menor número de palavras. (grifos meus)

Um texto claro e conciso, a partir do meu ponto de vista, é um texto objetivo e preciso. Mas, recorro ao dicionário para não restringir a análise à minha subjetividade. Afinal, as definições contidas nele são vistas como padrões, referênciasⁱⁱ. Assim, o Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa traz precisão e exatidão como sinônimos de concisão.

2. Apuração e Redação de Uma Notícia

Antes de analisar as respostas dadas à questão de número 2, julgo relevante pensar em dois conceitos básicos da AD: a formação ideológica e a formação discursiva, sendo que, no discurso, esta representa aquela; a última é a manifestação da primeira. Enfim, uma remete – invariavelmente – à outra.

A formação discursiva – derivada do pensamento foucaultiano – é a matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer, e – também – o que não pode e não deve ser dito. Dizer que muda de sentido, de acordo com Pêcheux (1997), em

função das posições sustentadas por aqueles que o proferem. Ou seja, são as formações ideológicas que determinam os sentidos.

Tendo esses conceitos como foco e apoio, passo, novamente, à análise dos discursos dos jornalistas. As respostas à pergunta 2, sobre a forma como o jornalista deve atuar, evidenciam a formação ideológica dos profissionais entrevistados e, acredito, refletem o pensamento geral de quem exerce a profissão: a crença de que é imprescindível – e mesmo possível – atuar, tanto na apuração quanto na redação, com imparcialidade e neutralidade. Ou seja, sem se posicionar frente aos fatos e acontecimentos, apagando as ideologias que formam o sujeito-jornalista.

Formação ideológica que se manifesta na formação discursiva. Afinal, é sempre sobre o mito da objetividade que falam os jornalistas. Assim, os discursos dos vinte entrevistados apontam para a (re)afirmação na neutralidade e da imparcialidade. Porém, as respostas obtidas podem ser separadas em três sub-grupos.

O primeiro, e também o mais numeroso – 13 respostas –, é uma repetição do que dizem os manuais de redação e os livros de técnicas de reportagem. Ou seja, dizeres nos quais ainda prevalece, como verdade incontestável, a possibilidade e a existência de um jornalismo apartidário.

J7 – **Precisão acima de tudo**, na minha opinião. O texto pode ser maravilhoso, os personagens incríveis, a história fantástica... mas se não houver precisão perde-se o principal ingrediente da informação.

J5 – O acerto, **a imparcialidade, a neutralidade**.

J10 – Ele deve ouvir os dois lados; checar a veracidade e **exatidão** da notícia; **procurar ser isento** e pensar no leitor.

J14 – Independência, honestidade, **isenção, imparcialidade**, ética e respeito ao ser humano, busca da verdade.

J9 – O jornalista deve procurar ter em mãos todas as informações sobre o tema, todos os lados da matéria e ainda buscar redigir com **objetividade, precisão**.

J6 – Fontes confiáveis e **texto objetivo** são bases para um bom trabalho.

J4 – **Não fazer julgamentos da informação**, apenas tentar contrapontos com outras fontes. (grifos meus)

Um segundo sub-grupo, menos numeroso mas bastante significativo (6 respostas), ao falar sobre a apuração e a redação das notícias, também, se mostra "preso" ao jornalismo que não se posiciona, que não tem ideologia(s). Porém, o discurso desses profissionais é um pouco menos assertivo – interpretação possível tomando como base a seleção lexical.

J13 – Penso que uma atitude fundamental é ter a posição de todas as pessoas envolvidas na notícia devidamente representada no texto.

J2 – Acho que é necessário comparar dados, consultar o maior número de fontes.

Os discursos desses dois jornalistas que apresento como exemplos dão explicações do que deve fazer o jornalista. Explicações que poderiam ser resumidas, no primeiro caso, por neutralidade e, no segundo, por precisão.

O terceiro e último sub-grupo se restringe ao dizer de apenas um jornalista. Nesse caso, o discurso aponta para a contradição. Esse profissional, ao mesmo tempo,

reafirma e nega o mito da objetividade. Suas palavras evidenciam um conflito entre suas formações ideológicas – uma delas a da repetição, outra a do deslocamento.

J8 – Aproximar-se ao máximo do fato, do que se convencionou chamar de verdade. Buscar essa 'verdade' com o maior número possível de versões, com investigação, com observação e com análise. Portanto, **o jornalista jamais será imparcial e muitas vezes não poderá ser isento (mas não se trata de um posicionamento ideológico)**. (grifos meus)

3. Das Regras Éticas e Textuais

Neste artigo, estou trabalhando com os princípios e/ou procedimentos da AD em separado com um único objetivo: evidenciar, através das respostas dos entrevistados, as ideologias que perpassam os jornalistas durante o exercício da profissão. Porém, essa foi uma opção pessoal de trabalho desse *corpus*. Não descarto a possibilidade de uma análise feita de maneira global, sem fragmentar esses gestos de leitura/interpretação.

Até aqui, a palavra/o conceito ideologia foi citada/citado mais de uma vez. Agora, entretanto, ela/ele vai nortear a análise das respostas à pergunta de número 3, concernente às regras que devem ser seguidas pelos jornalistas no exercício diário da profissão. Já foi dito acima que é a ideologia que interpela o indivíduo em sujeito. Mas não é só isso. É por esta interpelação ideológica que se produz o dizer. "O trabalho ideológico é um trabalho da memória e do esquecimento pois é só quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão de sentido-lá" (ORLANDI, 2003: p.49)

O modo pelo qual os sujeitos são afetados pela ideologia resulta no esquecimento número um. Segundo Pêcheux (1975: p.177), este esquecimento, que é da instância do inconsciente, dá aos sujeitos a ilusão de que eles são a origem/a fonte do que dizem. Ou seja, esse efeito ideológico faz com que os sujeitos esqueçam que a fala do outro também é constitutiva do seu dizer, que os seus discursos – na realidade – retomam sentidos pré-existentⁱⁱⁱ.

Assim, a análise das respostas à pergunta de número 3 mostra que os jornalistas ao tratar do exercício da própria profissão – suas regras textuais e éticas –, na realidade, têm um discurso semelhante. Isto é, "seus" dizeres já foram ditos em outros momentos, em outros lugares e por outros sujeitos. Ou seja, suas afirmações são, propriamente, reafirmações. Suas respostas (seus discursos) são estabilizações de um dizer já sedimentado: o do jornalismo imparcial, isento, neutro, objetivo e preciso.

Ao comparar as respostas de dezenove, dos vinte jornalistas que responderam ao questionário, é possível observar que seus dizeres formam famílias parafrásticas. Ou seja, seus discursos apontam para os mesmos espaços do dizer, há neles um sentido que se mantém.

J2 – Na ética, **a imparcialidade na divulgação da notícia é o ponto principal**.

J3 – No caso do jornalismo, ser ético na tarefa de levantar histórias, apurar os fatos e contá-los as pessoas, significa **ser fiel a veracidade**, ter um **compromisso em não influenciar ou intervir nas histórias transmitidas**, não persuadir os entrevistados [...] e transmitir notícias de forma clara e coesa.

J7 – Devemos buscar nos despir dos preconceitos e evitar que nossos valores pessoais pesem em momentos em que **a imparcialidade deve ser mantida.**

J10 – O jornalista deve sempre ouvir os dois lados, **ser isento, não interferir na notícia.**

J13 – Quanto à ética, uma só (regra) é fundamental: o jornalista conta histórias. Com H. Logo, não inventa e procura sempre a veracidade possível de todas as fontes. (grifos meus)

Enquanto dezenove jornalistas fizeram – inconscientemente – um exercício de paráfrase, de dizer o mesmo, um dos entrevistados apresentou um discurso de deslocamento em relação às regras textuais e éticas da profissão.

J8 – Ao narrar uma história, **o jornalista sempre fará a defesa de alguém** – consciente ou inconscientemente. **Jornalismo é o exercício de saber quem defender ao descrever um fato.**

Nesse discurso temos uma ruptura com o mito da objetividade. Afinal, há um deslocamento da imparcialidade para a parcialidade; da isenção e da neutralidade para a tomada de posição: "a defesa de alguém". E como saber, objetivamente, "quem defender ao descrever um fato"? Ao se posicionar, o jornalista está exercendo sua subjetividade. Todos os posicionamentos são resultado das ideologias que interpelam o sujeito.

Embora esse rompimento discursivo e ideológico seja único, ele é significativo. Afinal, representa um movimento – mesmo que comparativamente pequeno – dos sentidos. Sinal de que o diferente começa a intervir nas formações ideológicas e discursivas dos jornalistas. Afinal, estas últimas avançam, deslocam os sentidos, quando existe tensão discursiva entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente.

4. Jornalismo de Credibilidade

As análises das respostas dadas à pergunta de número 3 foram baseadas no conceito pêcheutiano de esquecimento. Para dar continuidade ao trabalho e analisar o que disseram os jornalistas entrevistados em relação à credibilidade jornalística – tema da questão de número 4 – recorro a noção de interdiscurso que só é possível, exatamente, porque ocorrem os esquecimentos.

O interdiscurso, também denominado memória discursiva, é definido por Orlandi como um conjunto de formulações já-ditas e já-esquecidas que representa o dizível – "memória afetada pelo esquecimento ao longo do dizer" (2003: p.34). Ou seja, o sujeito – cada vez que toma a palavra – tem a sua disposição formulações pré-construídas. Porém, ele só recorre a elas porque acredita que esses dizeres são "seus", propriedades particulares. "É preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o 'anonimato' possa fazer sentido em minhas palavras" (p.33-34).

Assim, os discursos que postulam o apagamento do sujeito e de sua ideologia – apesar de a subjetividade ser constitutiva da linguagem – e, ao mesmo tempo, pregam um distanciamento, que pode ser denominado por imparcialidade, isenção, neutralidade e objetividade, são encarados pelos jornalistas como pessoais. Por isso, esses dizeres se (re)manifestam nos discursos dos entrevistados no momento em que tratam do exercício da profissão.

Esse interdiscurso, proveniente da formação acadêmica – através dos livros de técnicas de reportagem e das falas dos professores – e, também, da atividade profissional – os manuais de redação são exemplo –, afeta o modo como os sujeitos-jornalistas, de uma maneira geral, significam nessa situação discursiva. Isto pode ser percebido no que dizem os jornalistas a respeito da credibilidade dos profissionais e dos veículos de comunicação. Em suas respostas à pergunta 4, todos (re)afirmaram o mito – isto é, o interdiscurso – da objetividade.

J1 – Se ater aos fatos, evitar paixões.

J14 – **Exatidão** das informações, **imparcialidade**.

J11 – Ética, **objetividade**, **informações precisas**.

J5 – A seriedade, a **imparcialidade**, a **objetividade**, a experiência e a trajetória profissional dos jornalistas que o fazem. A forma como os fatos, as histórias reais são contadas, a semelhança, o compromisso delas com a realidade, respeitada a **neutralidade**. (grifos meus)

5. Características Inerentes e Não-Inerentes ao Jornalismo

As quatro primeiras perguntas do questionário tinham por objetivo fazer os jornalistas refletirem, primeiramente, sobre a profissão para, em seguida, escreverem seus posicionamentos. O propósito da quinta, e última, questão era o mesmo, porém sua estrutura era diferenciada das outras. Afinal, apontava dezesseis conceitos^{iv} e pedia aos jornalistas que os dividissem entre características inerentes ao jornalismo e não-inerentes à profissão.

Entretanto, apesar dessa diferenciação de forma citada acima, a maior parte das respostas apontou para um velho discurso: o da (re)afirmação da objetividade jornalística. Quinze jornalistas, dos vinte entrevistados, apenas repetiram o que já dizem há décadas os livros de princípios e técnicas de reportagem e os manuais de redação.

J2 – As mais importantes para o jornalismo são: clareza, exatidão, concisão, objetividade, simplicidade, precisão e distanciamento (das opiniões). As que não podem ser consideradas inerentes ao jornalismo são: engajamento, ideologia, posicionamento e subjetividade.

J3 – Características mais importantes: 1) objetividade; 2) clareza, exatidão, concisão, precisão; 3) imparcialidade, distanciamento, isenção; 4) simplicidade; 5) apartidarismo. Características que não podem ser consideradas inerentes ao jornalismo: ideologia, posicionamento, opinião, subjetividade.

J4 – (mais importantes para o jornalismo) clareza, exatidão, imparcialidade, objetividade, concisão. (não são inerentes) ideologia, engajamento, posicionamento, distanciamento.

J5 – Com relação a 'posicionamento', 'engajamento' e 'ideologia', da maneira como defino estes conceitos, acredito que devem ser desconsiderados.

J6 – Isenção, imparcialidade, objetividade, clareza, precisão. Com essas cinco dá pra fazer um bom jornalismo.

J7 – (inerentes) precisão, exatidão, imparcialidade, isenção, clareza, objetividade, concisão, correção, simplicidade. (não-inerentes) engajamento, ideologia, opinião, posicionamento, subjetividade.

J10 – Características importantes: exatidão, precisão, clareza, imparcialidade, objetividade, isenção, concisão. Não inerentes ao jornalismo: posicionamento, ideologia.

J12 – Apartidarismo: importantíssimo; clareza: importante; concisão: importante; engajamento: não deve haver; imparcialidade: importante; opinião: depende da situação, quem emite opinião é só o comentarista.

J14 – (importantes) 1) imparcialidade, 2) isenção, 3) precisão, 4) exatidão, 5) apartidarismo, 6) clareza, 7) correção, 8) concisão, 9) simplicidade.

J8 – Importantes: exatidão, precisão, clareza, correção, objetividade, concisão. Não são inerentes: distanciamento, engajamento, ideologia, imparcialidade, isenção, opinião, posicionamento, simplicidade, subjetividade, apartidarismo.

Deixei a resposta de J8 por último porque considero que cabem, aqui, algumas considerações. Afinal, como inerentes ao jornalismo esse profissional citou apenas os conceitos que corroboram para a manutenção da objetividade como norma/regra. Esse posicionamento, porém, não é o mesmo que apresentou esse entrevistado em outras perguntas. A recuperação das respostas dele às questões número 2 e 3 mostra que o discurso de J8, nessas perguntas, não é o do mesmo (aqui, o do mito da objetividade) e sim o do deslocamento, o do início de uma ruptura.

As respostas e os discursos contraditórios desse jornalista evidenciam como, embora um processo polissêmico comece a se desenvolver, esses profissionais ainda têm os pés e a ideologia fincados no tradicional discurso do jornalismo isento, neutro, que não se posiciona. E é, exatamente, esse jogo entre o velho e o novo que vaza do discurso dos outros cinco entrevistados. Ao mesmo tempo em que (re)afirmam o mito da objetividade, o negam.

J9 – (características mais importantes para o jornalismo) exatidão, correção, isenção, precisão, apartidarismo, simplicidade, objetividade, clareza, concisão, opinião – o Dines, do Observatório da Imprensa, diz: "Quer opinar, envelheça" –, posicionamento – deve ser exercido com equilíbrio e prudência. (não inerentes) engajamento, ideologia, imparcialidade – infelizmente não conseguimos ser imparciais. Por mais que a gente tente, sempre vai ter uma posição favorável ou não em relação a alguma coisa. A imparcialidade é um dos pontos mais polêmicos da profissão (...) –, distanciamento e subjetividade.

Nesse discurso, o deslocamento está presente ainda nos itens apresentados como importantes para o jornalismo. Afinal, entre eles, J9 inclui o posicionamento. Um avanço, mesmo se for considerada a ponderação feita logo em seguida pelo jornalista. Porém, o "mesmo" volta a ser afirmado já que entre os conceitos considerados por esse profissional como não inerentes estão a ideologia e a imparcialidade.

"Velho" que é colocado de maneira contraditória. Afinal, é a ideologia que leva alguém a se posicionar a favor ou contra alguém/algo e, além disso, sempre que se toma uma posição está-se privilegiando uma parte – o que significa o fim da imparcialidade. Ainda em relação a este último conceito, J9 reconhece que ele não existe na profissão. Posicionamento similar ao de um outro jornalista entrevistado:

J11- (inerentes ao jornalismo) 1) correção/exatidão/precisão; 2) objetividade/clareza/simplicidade; 3) imparcialidade/distanciamento/isenção/apartidarismo (aqui vale um tratado. Mas só para não passar batido: não podemos ser demagogos e dizer que somos imparciais o tempo todo. Mentira. O texto acaba tendo, sempre, a nossa versão dos fatos. Ainda que

procuremos sempre a isenção. Estamos sempre próximos a ela, é verdade, mas a proximidade não é total.

O maior deslocamento em relação ao mito da objetividade jornalística está presente no discurso de J1. Afinal, depois de enumerar como importantes para o jornalismo – nessa ordem – a precisão, a exatidão, a correção, a clareza, a simplicidade, a objetividade e a concisão, ele afirma que:

J1 – Inerentes ao jornalismo devem ser o suor, o bom senso, a verdade, o compromisso com a comunicação e com a liberdade de expressão. O restante é consequência. Com estes ingredientes, o jornalismo pode ser engajado, opinativo e até mesmo parcial (desde que abertamente parcial) que ainda assim poderá ser considerado bom jornalismo.

Entre a (re)afirmação do velho e a inserção do novo, um discurso é revelador. Afinal, evidencia como ficam os jornalistas nesse/nessa jogo/disputa entre ideologias – de um lado, apartidarismo/distanciamento/isenção/imparcialidade/neutralidade/objetividade/precisão e de outro, engajamento/posicionamento/subjetividade.

J13 – Apartidarismo: é vital. Clareza: sempre. Concisão: depende do veículo e da proposta da notícia. Correção: sempre. Distanciamento: não existe na forma pura, mas deve, na medida do possível, ser buscado. Engajamento: nunca, deixa de ser jornalismo. Exatidão: sempre. Ideologia: é a mola principal de vários jornalistas, trabalhar em nome de quem é prejudicado. Imparcialidade: não existe. Isenção: a posição obrigatória do profissional diante de todos os assuntos – e na vida particular, inclusive. Objetividade: depende do veículo e da proposta da notícia. Opinião: quando estiver bem visível que é uma posição pessoal ou da empresa. Posicionamento: uma palavra muito vaga. Precisão: sempre. Simplicidade: depende do veículo e da proposta da notícia. Subjetividade: uma palavra que freqüenta constantemente as redações; e não há como acabar com ela; e vai sempre existir, mesmo quando negada.

Esse jornalista afirma o mito da objetividade quando trata dos seguintes conceitos: apartidarismo, correção, engajamento, exatidão, isenção e precisão. Esse mesmo discurso é negado por este profissional quando ele trata de: distanciamento, ideologia, imparcialidade e subjetividade. Co-relacionando o que diz o entrevistado nessa pergunta observamos que: ao mesmo tempo que considera o distanciamento como inexistente – assim é possível concluir que quando não existe distanciamento é porque existe tomada de posição – julga vital o apartidarismo; admite a ideologia como a "mola principal de vários jornalistas", sendo que muitos deles "trabalham em nome de quem é prejudicado", e a nega ao afirmar que quando existe engajamento não existe jornalismo; vê a isenção como obrigatória, porém diz que a imparcialidade "não existe" e que a subjetividade "vai sempre existir, mesmo quando negada".

As quatro últimas citações das respostas dadas pelos jornalistas à pergunta de número 5 mostram que os discursos que afirmam e negam o mito da objetividade se cruzam e se contradizem. Evidência de que, mesmo que timidamente, existe uma tensão entre esses dois discursos; jogo entre paráfrase e polissemia; disputa entre o "velho" e o "novo".

Partida em que quem está a frente no placar, até aqui, é a (re)afirmação da imparcialidade, da isenção, da neutralidade, da objetividade e da precisão. Resultado, acredito, que ainda deve ser mantido por algum tempo. Afinal, esses conceitos/regras são formações imaginárias constitutivas do discurso jornalístico.

Isto é, sendo as formações imaginárias as imagens que constituem as diferentes posições numa relação discursiva, os jornalistas têm como imagem de sua posição-sujeito-locutor ("Quem sou eu para lhe falar assim?") a de um narrador que conta ao seu interlocutor um acontecimento exatamente da maneira como ele transcorreu, acreditando ser essa a melhor (e, talvez, única) maneira de descrever um fato.

Formação imaginária influenciada, também, pela imagem da posição-sujeito-interlocutor ("Quem é ele para me falar assim?"). Nesse caso, o leitor/ouvinte/telespectador precisa acreditar que quem escreve/diz o que ele está lendo/ouvindo/vendo fala a verdade. Só assim, o jornalista e o veículo em que ele trabalha conquistam e mantêm a respeitabilidade.

Sem essas formações imaginárias e sem a ilusão de que os conceitos da imparcialidade, da isenção, da neutralidade, da objetividade e da precisão são "realizáveis", a prática da profissão seria vazia de credibilidade. Ou seja, esses são pressupostos pactuados entre jornalistas e leitores, ouvintes e/ou telespectadores.

Porém, acredito que essas formações imaginárias podem ser desmistificadas e reformuladas. Afinal, recuperando o discurso de J1, "inerentes ao jornalismo devem ser o suor, o bom senso, a verdade, o compromisso com a comunicação e com a liberdade de expressão. O restante é consequência. Com estes ingredientes, o jornalismo pode ser engajado, opinativo e até mesmo parcial (desde que abertamente parcial) que ainda assim poderá ser considerado bom jornalismo".

Referências

BARROS FILHO, C. de. **Ética na Comunicação** – da informação ao receptor. São Paulo: Moderna, 1995. 239p.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988. 142p.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro/São Paulo: Nova Fronteira/Folha de S. Paulo, 1994-1995. 687p.

MARTINS, E. **Manual de Redação e Estilo** - O Estado de S. Paulo. 3.ed. São Paulo: Moderna, 1997. 400p.

NOVO MANUAL DA REDAÇÃO – Folha de S. Paulo. 4.ed. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1994. 331p.

ORLANDI, E. **Análise De Discurso** – Princípios e Procedimentos. 5.ed. Campinas: Pontes, 2003. 100p.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso** - Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. 317p.

_____; FUCHS, C. **A propósito da Análise Automática do Discurso**: atualizações e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma Análise Automática do Discurso* – Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p.163-252

ROSSI, C. **O que é jornalismo**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 87p.

SODRÉ, M.; FERRARI, M. H. **Técnicas de Reportagem** – notas sobre a narrativa jornalística. 3.ed. São Paulo: Summus, 1986. 141p.

ANEXO

QUESTIONÁRIO JORNALISTAS

- 1) Quais são as características (qualidades) de um bom texto jornalístico?
- 2) Ao apurar uma notícia e redigir um texto, o que deve procurar o jornalista?
- 3) Que regras (éticas e textuais), essencialmente, devem ser cumpridas pelos jornalistas no exercício da profissão?
- 4) O que, na sua opinião, confere credibilidade a um tele-rádio-jornal?
- 5) Quais dessas características são mais importantes para o jornalismo? Enumere-as. Alguma (s) dela(s) não pode(m) ser considerada(s) inerente(s) ao jornalismo? Qual(is)?

apartidarismo	exatidão	posicionamento
clareza	ideologia	precisão
concisão	imparcialidade	simplicidade
correção	isenção	subjetividade
distanciamento	objetividade	
engajamento	opinião	

ⁱ Apurar, no jargão jornalístico, significa o trabalho de buscar todas as versões de uma notícia, não deixar lacunas em uma história que vai ser publicada.

ⁱⁱ Porém, é preciso deixar claro, não acredito que dicionário seja neutro. Afinal, como qualquer outro texto traz a ideologia de seu autor. Para exemplificar tomo como exemplo os verbetes colônia, colonizar e colonialismo. Eles trazem a ótica de quem coloniza e não do colonizado.

ⁱⁱⁱ Em oposição e/ou como complementação ao esquecimento número um, Pêcheux trata e define, também, o esquecimento número dois que é da ordem da enunciação. Este esquecimento pode ser considerado parcial porque ele é semi-consciente. O esquecimento número dois é o responsável pela crença que têm os sujeitos de que os seus dizeres só podem ser realizados com aquelas palavras e não com outras. Ilusão, afinal, ao longo do dizer formam-se famílias parafrásticas que indicam que esse dizer sempre poderia ser outro.

^{iv} Nenhum desses conceitos havia sido citado nas quatro questões anteriores, justamente, para não influenciar os jornalistas durante o processo de reflexão.